

**LÍNGUA PORTUGUESA NA BNCC – TRATAMENTO DIDÁTICO
NO ENSINO FUNDAMENTAL I E II⁸⁰**

Bismarck Zanco de Moura (UFRJ)
dezanco@hotmail.com

RESUMO

Este minicurso vai apresentar o tratamento didático que a Base Nacional Comum Curricular (2008) propõe para o ensino de Língua Portuguesa tanto no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) quanto no II (6º ao 9º ano). Inicialmente, serão discutidos os objetivos e competências que regem o ensino desta língua; em seguida, mostrar-se-ão as (i) práticas linguísticas, que devem ser contempladas: Leitura, escuta, produção textual, análise linguística e oralidade; (ii) questões linguísticas de natureza laboral obrigatórias como o preconceito linguístico e a destruição de línguas indígenas brasileiras; e (iii) focalizar-se-ão aspectos específicos em cada um dos níveis. Quanto ao Ensino Fundamental I, destacam-se, por exemplo, a tendência à ortografiação; já no que se refere aos anos finais, mostra-se a ênfase na leitura literária.

Palavras-chave:

BNCC. Língua portuguesa. Anos iniciais e finais.

SOMMARIO

Questa ricerca presenterà il trattamento didattico che la Base Nacional Comum Curricular (2008) propone per l'insegnamento della Lingua Portoghese sia nella Scuola Elementare (dal 1ª a 5ª classe) che nella Scuola Secondaria di Primo Grado (dal 6ª a 8ª classe). Inizialmente verranno discussi gli obiettivi e le competenze che regolano l'insegnamento di questa lingua; quindi verranno mostrate le (i) pratiche linguistiche che dovrebbero essere considerate: Lettura, ascolto, produzione di testi, analisi linguistica e oralità; (ii) questioni relative alla lingua del lavoro obbligatoria come il pregiudizio linguistico e la distruzione delle lingue indigene brasiliane; e (iii) gli aspetti specifici saranno focalizzati su ogni livello. Per quanto riguarda la Scuola Elementare I, spiccano, ad esempio, la tendenza all'ortografia; per quanto riguarda gli ultimi anni, invece, l'enfasi è mostrata, sulla lettura letteraria.

Parole chiave:

BNCC. Lingua portoghese. Anni iniziali e finali.

1. Introdução

Segundo a BNCC (2018), a linguagem é entendida como “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica;

⁸⁰ Pretendo apresentar, com este trabalho, uma simplificação do dito na BNCC sobre o ensino de português nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, não tendo incorporado dados sobre o Ensino Médio.

um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história”. E as linguagens podem ser – oral, escrita, visual-motora, digital, sonora, visual e corporal, o que envolve as disciplinas de Língua portuguesa, Artes, Educação física e Inglês (Anos finais). Aulas dessas disciplinas objetivam a ampliação da capacidade expressiva dos alunos em manifestações linguísticas, corporais e artísticas.

Nesse sentido, o ensino de Língua Portuguesa⁸¹ desenvolve a expressão do aluno no que concerne a habilidades linguísticas. No âmbito do ensino fundamental I, as finalidades das aulas de Língua Portuguesa são (i) aprender a ler e a escrever; (ii) promover alfabetização e letramento; (iii) construir conhecimento; (iv) fazer a inserção do aluno na cultura letrada; (v) incentivar a autonomia do aluno em prol de protagonismo na vida social. Entretanto, no âmbito do ensino fundamental II, os objetivos são (i) a ampliação dos conhecimentos conquistados no ensino fundamental I, (ii) a diversificação das práticas da vida social, (iii) desenvolver reflexão crítica e (iv) abstratização do conhecimento.

O trabalho com a linguagem na Educação Básica destina-se, mais especificamente, a desenvolver as habilidades de leitura e escrita dos estudantes, tornando-os competentes usuários da língua portuguesa. Atenção, ainda, é dada ao trabalho com a oralidade, uma vez que “compreender uma palestra é importante, assim como ser capaz de atribuir diferentes sentidos a um *gif* ou *meme*”. Tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugerem ainda que atividades envolvendo a escuta sejam contempladas em ambiente escolar, bem como a prática de análise linguística que promove a reflexão sobre os usos linguísticos presentes na leitura, escrita e escuta.

A BNCC, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais, entende que o texto é a unidade de trabalho no âmbito escolar. Adverte o documento (cf. p. 69) que, em função de transformações das práticas de linguagem que culminam em multiletramentos digitais, devem ser contemplados, na sala de aula, quer os gêneros impressos já consagrados pela escola típicos do letramento da letra (notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto) quer os digitais, próprios da sociedade contemporânea, contemplando-se, então, os novos letramentos, que são essencialmente digitais, já que

⁸¹ Para estudo das Competências específicas de linguagem para o Ensino Fundamental, sugiro a leitura da página 65 da Base.

[...] uma parte considerável das crianças e jovens que estão na escola hoje vai exercer profissões que ainda nem existem e se deparar com problemas de diferentes ordens e que podem requerer diferentes habilidades, um repertório de experiências e práticas e o domínio de ferramenta que a vivência dessa diversificação pode favorecer. (BNCC, p. 69)

As orientações da BNCC atendem ao novo contexto de vida da sociedade brasileira, a qual é permeada por práticas de linguagem que envolvem gêneros multissemióticos (com diferentes sistemas simbólicos de significação, código escrito, imagens, cores) e multimidiáticos, e sugere o desenvolvimento de um trabalho argumentativo em relação a essas tecnologias, no sentido de promover o desenvolvimento da capacidade (i) de reconhecimento dos discursos de ódio e dos limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos e (ii) de aprendizado do debate de ideias, considerando posições e argumentos opostos. Sugere, então, que se realize a utilização dessas produções, as quais aparecem na vida cotidiana, para estudo, de forma crítica.

O ensino deve colaborar com a formação do *designer* da linguagem: “alguém que toma algo que já existe (inclusive textos escritos), mescla, remixa, transforma, redistribui, produzindo novos sentidos”. E esse *designer* é diverso, pois se deve contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis de modo a ampliar a diversidade de interações. As práticas de linguagem contemporâneas envolvem gêneros multissemióticos e multimidiáticos, os quais impõem uma nova necessidade, a de

[...] contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. (BNCC, p. 69)

Essa diversidade do *designer* da linguagem em torno das aulas de português manifesta-se, ainda, no tratamento das seguintes questões linguísticas, de natureza laboral, segundo o documento, obrigatórias e que são (i) os gêneros textuais, (ii) a gramática como ferramenta promotora da reflexão sobre usos, (iii) variação e preconceito linguístico, (iv) a situação das línguas indígenas brasileiras ainda em número significativo por todo o território brasileiro, (v) a abordagem de aspectos relativos aos direitos linguísticos e (vi) abordagem da cultura digital. Certamente, todos nós, professores, abordamos as três primeiras questões. E quanto às demais?

2. *Práticas de linguagem na BNCC*

Essas e outras questões devem ser, então, focalizadas por meio de práticas de análise linguística, leitura, produção (escrita e multissemiótica) e oralidade⁸². A esse ponto cabe a pergunta que cada professor aqui leitor deve se fazer – “O que cada um de nós, professores de língua materna, temos feito em favor da realização pelo nosso aluno das seguintes práticas de linguagem?”

2.1. *Prática de análise linguística*

A prática de análise linguística consiste na detecção de conhecimentos linguísticos e textuais.

Conhecimentos linguísticos	Conhecimentos textuais
Sistema ortográfico, organização/funcionamento de unidades linguísticas e, ainda, aqueles relativos à norma-padrão.	Modos de organização, gêneros textuais e outras semioses.

Segundo o documento, as atividades nas quais os alunos devem se envolver são aquelas de reflexão que permitam a ampliação de suas capacidades de uso da língua/linguagem e, portanto, sua participação efetiva na construção da cidadania. Nessa direção, a prática de análise consiste, segundo a BNCC, na observação e avaliação consciente da/sobre a experiência de realização das práticas de oralidade, leitura, escuta e produção.

Esse eixo de trabalho envolve análise textual, gramatical, lexical e fonológica. Nos textos orais, essa análise envolverá elementos próprios da fala: altura, ritmo, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização, postura, expressão facial e gestualidade. Assim, envolve conhecimentos sobre língua, norma-padrão e outras semioses. Essas atividades de análise linguística têm como objetivo promover a construção do próprio estilo, o qual consiste de um conjunto de escolhas de itens lexicais, variedades linguísticas (cada uma com seu valor social), de mecanismos sintáticos e morfológicos particulares de elaboração textual-discursiva. Considere que

[...] as práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as

⁸² Há, ainda, uma quinta prática – a escuta (em língua portuguesa).

linguagens de uma forma geral, em que essas descrições, conceitos e regras operam e nas quais serão concomitantemente construídos: comparação entre definições que permitam observar diferenças de recortes e ênfases na formulação de conceitos e regras; comparação de diferentes formas de dizer “a mesma coisa” e análise dos efeitos de sentido que essas formas podem trazer/ suscitar; exploração dos modos de significar dos diferentes sistemas semióticos etc. (BNCC, p. 81).

2.2. Prática de leitura

Entende-se a leitura como um processo de “interação ativa com textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação”. A leitura⁸³ na BNCC consiste de um trabalho que envolve o texto escrito, imagens estáticas (foto, pintura, desenho e esquema), imagens em movimento (filmes e vídeos) e som (música). Como finalidades para atividades tidas como de leitura têm-se a fruição, informação, pesquisa, conhecimento/debate sobre temas sociais relevantes, aprender a sustentar a reivindicação de algo na vida pública e a possibilidade de acréscimo de mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos sociais, dentre outras funções.

O documento orienta que a participação em leitura ocorra com demandas cada vez maiores, acrescento que isso se dê em conformidade com o passar do tempo (de uma séria a outra, de uma idade a outra, de uma bimestre a outro), de modo a possibilitar o acesso a gêneros diversos (o que ocorrerá de forma contextualizada à atividade humana), experiências (o simples envolvimento com um personagem, HQs, filmes, games, *youtuber* pode encorajar a leitura), práticas e conhecimentos (o interesse do aluno por um tema pode ser a base para a realização da leitura).

A evolução do tempo é acompanhada da evolução não só da dimensão dos textos, mas também da complexidade cognitiva (léxico-sintática) das atividades de leitura. Assim, um romance, por exemplo, que contém construções mais complexas, como o uso de orações subordinadas adjetivas deve ser lido numa série mais avançada. Essas leituras mais desafiadoras podem requerer do leitor a necessidade de conhecimentos prévios para a efetiva construção dos sentidos.

⁸³ Recomendo a leitura cuidadosa das páginas 72,73 e 74.

2.3. Prática de produção

Entende-se a prática de produção⁸⁴ como a autoria individual ou coletiva do texto escrito, oral e multissemiótico. A influência da passagem do tempo também se faz sentir aqui, e se manifesta no crescente aumento da informatividade e da capacidade de sustentação argumentativa, mediante uso de recursos coesivos e do estímulo à autonomia para planejar, produzir, revisar e editar. Apesar desse eixo também enfatizar a diversidade de gêneros, é preciso cautela, porque alguns deles não precisam ser estudados no sentido de sua confecção.

2.4. Prática de oralidade

O trabalho com a oralidade⁸⁵ envolve um conjunto das práticas orais, com ou sem contato face a face e dentre essas estão incluídas a oralização de textos, webconferência, mensagem gravada, *spot*, debate, seminário, entrevista, rádio, pecas, canções, contato de histórias, vídeos, podcasts, discussão de temáticas, vídeo-minuto.

3. Campos de atuação

Todas essas práticas e linguagem estão situadas em campos de atuação.

Anos iniciais	Anos finais
Vida cotidiana	-----
Campo artístico-literária	
Práticas de estudo e pesquisa	
Vida pública	Jornalístico-midiático
	Atuação na vida pública

Eles foram escolhidos conforme a necessidade de formar um cidadão, aquele que se inteira dos fatos e opina sobre eles e a proposição de pautas de discussão e solução de problemas como forma de vislumbrar atuação na vida pública. Esses campos distribuem pela seguinte trajetória.

+ <i>cotidiano</i>	----- > ----- > ----- > ----- > ----->	+ <i>institucional</i>
--------------------	--	------------------------

⁸⁴ Recomendo a leitura das páginas 76, 77 e 78.

⁸⁵ Para aprofundamento, recomendo a leitura das páginas 79 e 80.

4. Língua portuguesa no ensino fundamental

4.1. Português nos anos iniciais

Busca-se, nos anos iniciais, dar continuidade a experiências com a língua (oral e escrita) iniciadas na família e na educação infantil.

No eixo Oralidade	<i>Aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais</i>
No eixo Análise linguística/semiótica	<i>Sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos</i>
No eixo leitura/escuta	<i>Amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente</i>
No eixo produção	<i>Amplia-se o letramento, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais</i>

Segundo a Base, alfabetizar não é simples, pois o código escrito neutraliza as variações fala. Além de não haver, na ortografia do português, regularidade (as letras são uma representação convencionada, não são como desenhos). Espera-se que nos 1^a e 2^a anos a criança seja alfabetizada (conhecimento do alfabeto e a tenha a capacidade de “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras). Esse processo envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.

Esses dois anos iniciais de alfabetização são seguidos pela “ortografização”. Há três relações que são muito importantes nesse processo – (i) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística), (ii) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil e (iii) estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica). Há um problema com que o aluno tem de lidar:

“O alfabeto não contém apenas relações biunívocas”, o que implica reconhecer que existem

<i>Várias letras para um som.</i>
<i>Vários sons para uma letra.</i>
<i>Nenhum som para < h >.</i>
<i>Diferentes tipos de vogais: abertas e fechadas, átonas e tônicas.</i>

O conhecimento dessas irregularidades é definido pela “memória de uso”. Entretanto, nosso alfabeto também conta com regularidades de representação: Dos 26 grafemas de nosso alfabeto, apenas sete – p, b, t, d, f, v, k – apresentam uma relação regular direta entre fonema e grafema. As regulares contextuais têm uma escrita regular (regrada) pelo contexto fonológico da palavra; é o caso de: R/RR; S/SS; G+A,O,U/GU+E,I; C+A,O,U/QU+E,I; M+P,B/N+outras. Há, ainda, regularidades morfológico-gramaticais: adjetivos de origem com S; substantivos derivados de adjetivos com Z; coletivos em /au/ com L; substantivos terminados com o sufixo /ise/ com C (chatices, mesmices); formas verbais da 3ª pessoa do singular do passado com U; formas verbais da 3ª pessoa do plural do futuro com ÑO e todas as outras com M; flexões do Imperfeito do Subjuntivo com SS; Infinitivo com R; derivações mantêm a letra do radical, dentre outras. Depois de ensinadas as vogais, apresentam-se as famílias silábicas CV, em seguida, apresentam-se, erroneamente, outros padrões V, CCV, CVC, CCVC e CVV, quando, na verdade, deveriam ser apresentados juntos.

As capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização podem ser entendidas como sendo capacidades de (de)codificação, que envolvem:

✓ Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
✓ Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
✓ Conhecer o alfabeto;
✓ Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
✓ Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
✓ Saber decodificar palavras e textos escritos;
✓ Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
✓ Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento).

Esse processo de ortografização pode desenvolver-se no período maior que o dos anos iniciais do ensino fundamental. As regularidades

morfológico-gramaticais são apresentadas nos livros didáticos de 3^a, 4^a e 5^a anos. Outros aspectos da escrita, como a “pontuação” e a “acentuação” e, ainda, a introdução das classes de palavras ocorre a partir do 3^a ano.

4.2. Português nos anos finais

Os gêneros textuais focalizados nos anos finais do ensino fundamental mobilizam maior criticidade por parte do aluno, além de requererem maior interação com interlocutores de variados tipos, inclusive, na escola. Nos anos finais, o aluno tem de lidar com um número maior de professores, o que promove um aprofundamento dos conhecimentos e a partir disso surge um desafio – aproximar esses conhecimentos.

Os anos finais constituem uma fase de continuidade da formação para autonomia e protagonismo na vida social. Faz-se, neste nível, ampliação do contato com diferentes gêneros textuais (tipos e marcas linguísticas diversas) distribuídos, ainda, pelas várias disciplinas. Ocorre aprofundamento do trabalho com gêneros que circulam na esfera pública e nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. Os gêneros jornalísticos privilegiados são os mais informativos e carregam também a opinião dos autores e o trabalho com esses deve pautar-se nas estratégias linguísticas e semióticas destinadas à argumentação e à persuasão.

Além dos gêneros, devem ser consideradas nas aulas de português, as práticas típicas das redes sociais – “curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias e abordar questões polêmicas”, todas essas próprias da esfera jornalístico-midiática. Ganha importância o tratamento didático acerca da confiabilidade da informação, da proliferação de *fake News* e da manipulação de fatos e opiniões. Como a própria Base demonstra, o professor pode promover o desenvolvimento de habilidades de comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, podendo recorrer a sites e serviços chegadores da veracidade de conteúdos.

Também tema a ser discutido é a proliferação do discurso de ódio com relação ao diferente e, ainda, o trabalho com ferramentas como áudio, vídeos (mesmo o vídeo-minuto) e postagem – que mobilizam a prática da oralidade. Nos gêneros do campo publicitário, tratar-se-á de “campanhas”, explorar-se-á a multissemiótica e, ainda, a análise de mecanismos de persuasão, o que pode promover um consumo consciente. Na página 137 em que é focalizado o campo de “atuação da vida pública”, destacam-se os gêneros legais e normativos – abrindo-se espaço para a-

queles que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos e códigos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito etc.), até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, sempre tomados a partir de seus contextos de produção, o que, segundo a Base, contextualiza e confere significado a seus preceitos”. E acrescento que colaboram para uma perfeita construção da cidadania do estudante.

Buscam-se análises linguísticas e semióticas de textos vinculados a formas políticas não institucionalizadas, movimentos coletivos, produções artísticas, intervenções urbanas, de modo a convocar vozes ao debate/confrontamento a fim de estimular a autonomia de pensamento. O professor de língua portuguesa em suas práticas didáticas de produção pode enfatizar atividades de reelaboração de conhecimentos a partir do estímulo à confecção de textos-síntese, como quadros - sinóticos, esquemas, gráficos, infográficos, tabelas, resumos e outros que permitam o processamento/organização de conhecimentos e práticas de estudo mais produtivas. Esse processo de socialização de estudos e pesquisas podem envolver não só os gêneros já consagrados (relatos multimidiáticos, vídeos-minuto, apresentação oral, ensaio escolar), mas também os gêneros digitais. Fomentando, assim, uma formação que possibilite trato crítico e criterioso das informações e dados.

No que se refere ao campo artístico-literário, deve-se oferecer contato com manifestações artísticas em geral e com arte literária e oferecer condições para que se possa reconhecer, valorizar e fruir essas manifestações. Defendo que essa constitui uma oportunidade para aproveitar e desconstruir a noção de que a erudição só vem com leitura literária, um bem cultural do universo letrado dentre outros.

4.3. Sobre leitura literária

Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, é preciso supor – e, portanto, garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura. Para tanto, as habilidades, no que tange à formação literária, envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e poéticos que podem ser desenvolvidos em função dessa apreciação e que dizem respeito, no caso da narrativa literária, a seus elementos (espaço, tempo, personagens); às escolhas que constituem o estilo nos textos, na configuração do tempo e do espaço e na construção dos personagens;

aos diferentes modos de se contar uma história (em primeira ou terceira pessoa, por meio de um narrador personagem, com pleno ou parcial domínio dos acontecimentos); à polifonia própria das narrativas, que oferecem níveis de complexidade a serem explorados em cada ano da escolaridade; ao fôlego dos textos. No caso da poesia, destacam-se, inicialmente, os efeitos de sentido produzidos por recursos de diferentes naturezas, para depois se alcançar a dimensão imagética, constituída de processos metafóricos e metonímicos muito presentes na linguagem poética. (BNCC, p. 138)

Objetiva-se desenvolver, no aluno, a capacidade relacionar de textos, perceber efeitos de sentido decorrentes da intertextualidade temática e da polifonia. A relevância do campo literário advém do exercício da empatia e do diálogo, tendo em vista a potência da literatura como expediente que permite o contato com diversificados valores, comportamentos, crenças, desejos e conflitos, o que serve para reconhecer e compreender modos diferentes de ser e estar no mundo, o que colabora até com a compreender de si.

5. Considerações finais

Devem-se articular, no ambiente escolar, conhecimentos sobre a língua, sobre as demais semioses e sobre a norma-padrão, numa abordagem linguística, metalinguística e epilinguística, que mobiliza diferentes práticas de linguagem (leitura, escrita, oralidade e escuta), visando à compreensão da reflexão sobre o funcionamento da língua no contexto das práticas comunicativas.

Não haveria, então, aulas de gramáticas dissociadas das práticas de leitura, escrita, escuta, uma vez que a análise linguística perpassaria todos esses “eixos de trabalho”. Surge, então, nesse ponto final do texto, a pergunta – Como abordar aspectos gramaticais? Um caminho que serve como resposta advém dos achados de pesquisas contemporâneas.

No trabalho com as classes de palavras, diferentes olhares podem ser dados às palavras entre os quais se podem focalizar: “Processos de formação de palavras” – exploração dos sentidos de novas construções em uso; observação dos padrões regulares de estruturação, os quais geram novas palavras detentoras de afinidade mórfica e/ou semântica; a possibilidade que as palavras têm de fazer o texto progredir e a repercussão disso em particular, em processos de referenciação; a relação entre a seleção vocabular e a identificação do usuário com um grupo sociolinguístico e nomeação de novas experiências de vida, sobretudo, em um mundo cada vez mais globalizado.

Além de questões linguístico-discursivas com classes específicas, como o advérbio em que se pode explorar seus diferentes escopos e sentidos como a posição subjetiva do enunciador em relação ao conteúdo das frases; uso de substantivos por tipos textuais (palavras abstratas tendem a ser predominantes em textos argumentativos), a relação dos tempos verbais do passado com narrativas ou do modo imperativo com textos mais instrucionais, o valor dos artigos na construção da definitude das entidades referenciais dos textos, a polissemia de conjunções, que, devido à atuação de processos de gramaticalização, tiveram seus usos estendidos para novos contextos de uso, o que não restringe seus valor semântico ao já descritos nas gramáticas.

Com relação à sintaxe, o trabalho com o sujeito permite abordar questões como concordância, foco/ênfase, indeterminação; com os complementos verbais é possível observar a variação nas estratégias de sua representação e a relação de clíticos com empregos mais monitorados; o apagamento do agente da passiva em função de motivações discursivas; a posição dos circunstancias (complementos ou adjuntos) em função de sua relevância para a mensagem ou para os interlocutores; a possibilidade de detalhamento/expansão por elaboração de nomes feita por apostos e orações relativas apositivas ou de verbos feita por orações adverbiais, a variabilidade no emprego de preposições seja em orações substantivas seja em orações adjetivas, a ausência de conjunções em estruturas complexas sem intermédio de conectores, mas que não impede a leitura inferencial de relações semânticas, entre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.